

TRABALHO FEMININO NO BRASIL:

novas conquistas ou persistência da discriminação?

Cristina Bruschini

Pesquisadora da
Fundação Carlos Chagas,
São Paulo, Brasil

**Prepared for delivery at the 1998 meeting of the
LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION**

– ECO 19 –

The Palmer House Hilton Hotel

Chicago, Illinois – USA

September 24 – 26, 1998

Introdução

Este artigo analisa a participação das mulheres, em comparação à dos homens, no mercado de trabalho brasileiro, de 1985 a 1995, com ênfase nas mudanças na inserção e no perfil da mão de obra feminina, assim como na persistência de discriminações e desigualdades. Baseia-se em informações levantadas nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios/PNADs, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, para os anos de 1985, 1990, 1993 e 1995. Analisa também informações referentes à participação de homens e mulheres em grupos ocupacionais e ocupações desagregadas, obtidas através do Censo Demográfico/Mão de obra 1991, divulgado em 1997 e as compara com dados semelhantes do Censo de 1980, na busca de indícios de persistências e mudanças nos lugares ocupados pelas mulheres no mercado de trabalho.

A análise se insere no contexto das transformações demográficas, sociais, culturais, políticas e econômicas pelas quais o Brasil vem passando e que se intensificaram nesses anos. Alguns dos indicadores dessas transformações são a queda das taxas de fecundidade, o envelhecimento da população, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, a expansão da escolaridade, os novos valores relativos ao papel das mulheres na sociedade brasileira e a redemocratização do país. Do ponto de vista econômico, os dez anos analisados foram marcados por crises econômicas, elevadas taxas de inflação, sucessivos planos de estabilização e, a partir de 1994, queda da inflação e estabilização da moeda. Tendo como cenário mais amplo a globalização da economia e o intenso avanço da tecnologia, esse período foi marcado, no Brasil como em outros países, por uma reestruturação da economia, que provoca perda de postos de trabalho em setores formalizados e flexibilização das relações de trabalho.

O texto retoma e aprofunda reflexões sobre o tema realizadas em trabalhos anteriores para esta década¹ e a anterior e mantém, para fins comparativos, estrutura similar: análise de taxas femininas e masculinas de participação no mercado de trabalho, exame do comportamento de variáveis associadas à inserção familiar das trabalhadoras, deslocamentos da força de trabalho por sexo no período, desigualdades de gênero e principais características do trabalho feminino.

1. Gênero e participação econômica

Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil nos últimos anos, o primeiro fato a chamar a atenção é a intensidade e a constância do seu crescimento. Com um acréscimo de cerca de 12 milhões e uma ampliação da ordem de 63%, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa, nos dez anos examinados. Enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram patamares semelhantes, as das mulheres se ampliaram significativamente de 85 a 90 e mais ainda nos anos seguintes, quando atingiram 48% na semana e 53% no ano de referência. É verdade que parte deste aumento foi provocado pela ampliação do conceito de trabalho adotada pelo IBGE. Este passou, desde 1992, a incluir atividades para o autoconsumo, a produção familiar e outras até então não consideradas como trabalho². Como essas atividades sempre foram realizadas por

¹ Refiro-me especialmente aos textos *O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa* (Bruschini e Lombardi, 1996) e *Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995* (Bruschini, 1998).

² O novo conceito de trabalho inclui: a) ocupações remuneradas em dinheiro, mercadorias ou

mulheres, os efeitos da nova metodologia incidiram sobretudo sobre elas, enquanto as taxas masculinas permaneceram inalteradas no período. A nova metodologia, no entanto, ainda não avançou suficientemente a ponto de incluir a atividade doméstica realizada pelas donas-de-casa, que continua a ser classificada como inatividade econômica. Por outro lado, os novos levantamentos também apresentam informações sobre as atividades econômicas realizadas nos 365 dias anteriores à pesquisa, contribuindo para a captação do trabalho sazonal ou eventual e, nesse caso, ampliando as taxas de atividade de ambos os sexos. Agora mais visíveis e em maior número, as trabalhadoras passam a representar, em 1995, uma parcela de 40,4% da força de trabalho brasileira.

Tabela 1
Indicadores de participação econômica por sexo
Brasil

SEXO	População economicamente ativa (em milhões)				Variação 1985/95 %	Taxas de Atividade (%)					Porcentagem de mulheres entre os trabalhadores			
	1985	1990	1993	1995		1985	1990	1993	1995		1985	1990	1993	1995
					Semana				ano					
Homens	36,6	41,6	42,8	44,2	20,8	76,0	75,3	76,0	75,3	78,3	66,5	64,5	60,4	59,6
Mulheres	18,4	22,9	28,0	30,0	63,0	36,9	39,2	47,0	48,1	53,4	33,5	35,5	39,6	40,4

Fonte: FIBGE, PNADs 85 (tab. 3.1), 90, 93 e 95 (tabs. 4.2 e 4.33)

Em trabalhos anteriores procuramos mostrar que o significativo aumento da atividade das mulheres, uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde os anos 70, teria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais que vem ocorrendo no país e que tem afetado as mulheres e as famílias brasileiras. A intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. Por fim, transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos setenta e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicariam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo, como se constata a seguir.

benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.), na produção de bens ou serviços; b) ocupações remuneradas em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico; c) ocupações sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvidas durante pelo menos uma hora na semana; em ajuda a membro da unidade domiciliar, conta-própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficiante ou de cooperativismo; como aprendiz ou estagiário; d) ocupações desenvolvidas pelo menos uma hora por semana na produção de bens e na construção de edificações e benfeitorias para o uso próprio ou de pelo menos um membro da unidade domiciliar. Uma análise em profundidade sobre essa questão pode ser encontrada em Bruschini, 1996.

2. Gênero, trabalho feminino, família e escolaridade

Nunca é demais repetir que a manutenção de um modelo de família patriarcal, segundo o qual cabem às mulheres as responsabilidades domésticas e socializadoras, bem como a persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico, condicionam a participação feminina no mercado de trabalho a outros fatores além daqueles que se referem à sua qualificação e à oferta de emprego, como no caso dos homens. A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, assim como a características do grupo familiar, como o ciclo de vida e a estrutura familiar. Fatores como esses afetam a participação feminina, mas não a masculina, no mercado de trabalho. O importante a reter é que o trabalho das mulheres não depende apenas da demanda do mercado e das suas necessidades e qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa, e em permanente transformação, dos fatores mencionados.

No período analisado, não foi apenas o aumento que caracterizou a mão-de-obra feminina, mas também algumas significativas alterações em seu perfil. As trabalhadoras que, até o final dos anos setenta, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Um dos indicadores mais evidentes dessa mudança é a idade. Como revelam os dados, embora a atividade feminina tenha se ampliado em todas as faixas etárias, os aumentos mais relevantes ocorreram nas mais elevadas, tendência já observada nos anos oitenta, mas que se intensifica na década seguinte. Em 1995, a mais alta taxa de atividade, superior a 66%, é encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos e mais de 63% das de 40 a 49 anos também são ativas. O aumento da atividade das mulheres mais velhas poderia ser atribuído à redefinição do conceito de trabalho, na medida em que este passou a incluir a produção familiar e o autoconsumo, mas esta hipótese não foi por nós comprovada em trabalho anterior, no qual mostramos que apenas as mulheres de mais de 60 anos trabalham predominantemente nessa condição, pois até mesmo as de 50 a 59 anos são empregadas ou trabalham por conta própria (Bruschini e Lombardi, 1996). Como pode ser constatado a seguir, enquanto o padrão feminino de participação econômica por idade apresenta, ao longo dos anos analisados, um constante e significativo processo de envelhecimento, o masculino sofre alteração muito pequena, com retração da atividade dos mais jovens e expansão da dos mais velhos.

Tabela 2
Taxas de atividade por sexo e idade
Brasil

FAIXAS ETÁRIAS	1985		1990		1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 14	26,5	12,2	24,3	10,6	28,1	14,9	26,4	14,4
15 a 19	73,3	41,7	71,8	41,4	72,2	45,4	68,8	44,1
20 a 24	92,5	50,1	92,1	52,9	91,1	59,6	90,5	60,9
25 a 29	97,2	48,5	96,2	52,7	95,8	61,0	95,2	62,7
30 a 39	97,4	49,7	96,9	54,7	96,5	63,7	96,3	66,4
40 a 49	93,9	43,5	94,5	49,5	94,7	61,0	94,5	63,5
50 a 59	80,8	30,3	82,3	34,5	82,3	46,0	83,6	48,0
60 ou mais	45,2	10,4	46,0	11,5	50,5	21,4	49,4	20,4
Total	76,0	36,9	75,3	39,2	76,0	47,0	75,3	48,1

Fonte: FIBGE, PNADs 85 (tab. 3.1), 90, 93 e 95 (tab. 4.2)

A mudança no perfil etário da PEA feminina, que é acompanhada por um expressivo aumento do trabalho das esposas (categoria cônjuges, tabela 3), sugere que as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino de mercado, como ocorria até os anos 70. Movidas pela necessidade de complementar a renda familiar ou impulsionadas pela escolaridade elevada, menor número de filhos, mudanças na identidade feminina e nas relações familiares, as mulheres casadas procuram cada vez mais o mercado de trabalho.

Tabela 3
Taxas femininas de atividade, por posição na família
Brasil

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	1985	1990	1993
Chefes	50,0	51,2	57,3
Cônjuges	32,9	37,6	49,7
Filhos	36,8	36,2	39,1
Outros parentes	26,2	28,1	31,5
Sem parentesco*	84,5	80,0	79,1
Total	36,9	39,2	47,0

* Inclui empregados domésticos

Fonte: FIBGE, PNADs 85 (tab. 4.4), 90 e 93 (tabulações especiais)

Pode-se afirmar, portanto, que, no âmbito da oferta de trabalhadoras, tem havido significativas mudanças. Restam, no entanto, algumas continuidades que dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho ou fazem dela uma trabalhadora de segunda categoria, que está sempre em desvantagem no mercado. Em primeiro lugar, elas seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. Em segundo, a presença de filhos pequenos continua sendo um fator que dificulta a ocupação feminina. No primeiro caso, estando ou não no mercado, todas as mulheres são donas-de-casa e realizam tarefas que, mesmo sendo indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar de todos os indivíduos, são desvalorizadas e desconsideradas nas estatísticas, que as classifica como "inativas, cuidam de afazeres domésticos". Caso fossem consideradas ativas, as taxas globais de atividade feminina seriam superiores a 95% e, no caso das esposas, atingiriam a cifra de quase 100%. Mesmo assim, esses percentuais não expressam a real contribuição das mulheres para a sociedade, posto que as ativas também cuidam dos afazeres domésticos, mas sua dupla jornada não é captada pelos dados.

Tabela 4
Taxas de atividade global das mulheres de 10 anos e mais, por posição na família
Brasil, 1993

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	Total de mulheres	Ativas	Não ativas por afazeres Domésticos	Taxa de atividade global
	(milhões)	%	%	%
Chefes	8.855.382	57,3	40,3	97,6
Cônjuges	28.156.595	49,7	49,1	98,8
Filhas	18.284.326	39,1	51,5	90,6
Total	55.296.303	46,5	48,9	95,4

Fonte: PNAD 93 (tabulação especial)

OBS: excluídos *sem parentesco, empregadas domésticas e sem declaração*

Se a persistência da responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a casa e com a família é um dos fatores determinantes da posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho, a maternidade é, sem dúvida, aquele que mais interfere no trabalho feminino, quando os filhos são pequenos. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. Contudo, quando a necessidade econômica é tão premente que inviabiliza o exercício da maternidade em tempo integral, como nas famílias muito pobres ou nas chefiadas por mulheres, outros arranjos como a rede de parentesco, inclusive os filhos maiores, ou redes de vizinhança poderão ser acionados para olhar as crianças enquanto a mãe vai trabalhar. Segundo pesquisa da Fundação SEADE, na cidade de São Paulo, em 1995, 30% das meninas de 10 a 14 anos estudavam, cuidavam dos irmãos pequenos e ajudavam nas tarefas domésticas, em prejuízo de seu tempo de estudo e de lazer (Bruschini, 1997).

A insuficiência de equipamentos coletivos como as creches, que atendem parcela muito pequena das crianças brasileiras, contribui para aumentar o peso da maternidade sobre as mulheres e, em particular, sobre as trabalhadoras. Campos, Rosemberg e Ferreira (apud Bruschini, 1995a) relatam que, em 1985, nas áreas metropolitanas, mais de 78% das crianças de 0 a 6 anos ficavam com as mães a maior parte do tempo e apenas 23% freqüentavam creches ou pré-escolas. Informações mais recentes revelam que as mães, mesmo quando trabalham fora, continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças pequenas. Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, 23% das trabalhadoras cuidam elas mesmas dos filhos menores de 5 anos, 34% são ajudadas por parentes, 10% pelas filhas, 12% por empregadas domésticas, 4% pelos maridos e apenas 10,2% ficam em creches (BEMFAM, 1997, tab. 2.17, p.37).

No período analisado, a maternidade continua a afetar a atividade feminina, quando os filhos são pequenos³. As taxas de atividade das mulheres de mais de 15 anos que tiveram filhos caem significativamente quando elas são jovens, em relação ao conjunto de mulheres de idade semelhante. Entre as de 20 a 24 anos, 61% trabalham em 95, mas entre as que tiveram filhos, a atividade cai para 50%. Dos 25 aos 29 anos, a atividade cai de 63% das que não tem filhos para 56% entre as mães. Mesmo assim, mais da metade das jovens mães são economicamente ativas, o que não deixa de ser uma importante mudança no perfil das trabalhadoras dos anos noventa. A partir dos 30 anos, a atividade das mães se aproxima à do total de mulheres na mesma faixa etária e assim permanece nas faixas etárias subseqüentes.

³ Como não há dados, na PNAD, sobre filhos residentes no domicílio, bem como idade dos filhos, recorreremos a uma aproximação, analisando a atividade das mulheres que tiveram filhos, segundo sua idade.

Tabela 5
Taxas de atividade das mulheres que tiveram filhos, por idade
Brasil

GRUPOS DE IDADE	Taxas de Atividades			
	1993		1995	
	Do total de mulheres com 15 anos e mais	Das mulheres de 15 anos e mais que tiveram filhos nascidos vivos	Do total de mulheres com 15 anos e mais	Das mulheres de 15 anos e mais que tiveram filhos nascidos vivos
15 a 19 anos	46,0	36,2	44,1	38,9
20 a 24 anos	59,7	46,7	61	49,5
25 a 29 anos	61,0	53,8	62,8	56,3
30 a 39 anos	63,7	61,5	66,4	64,2
40 a 49 anos	60,7	59,7	63,7	62,9
50 a 59 anos	45,8	45,0	48,1	47,7
60 anos e mais	21,4	21,3	20,4	20,2
Total	52,8	49,9	54,0	51,9

Fonte: FIBGE, PNADs 93 e 95 (tab. 6.2)

As elevadas taxas de atividade das mães de mais de 30 anos podem indicar tanto sua permanência no mercado de trabalho, apesar das dificuldades inerentes à conciliação entre o trabalho e a maternidade, quanto uma volta ao mercado de trabalho depois que os filhos cresceram. Nesse caso, é possível dizer que elas retornaram relativamente cedo e ainda jovens, pois as taxas das mães aumentam significativamente a partir dos 30 anos. Segundo Wajnman e Rios-Neto (apud Bruschini, 1995a), a criação dos filhos estaria perdendo o impacto sobre a saída da mulher da força de trabalho, porque os valores associados a um número elevado de filhos declinaram, enquanto aqueles que se referem à participação das mulheres no mercado de trabalho tornaram-se mais fortes. A concentração da fertilidade e dos cuidados com os filhos dos 20 aos 29 anos justificaria a ocorrência de um aumento relativamente pequeno da atividade nessa faixa etária.

O crescimento do trabalho das casadas e mães poderia ser tomado, de um lado, como um indício da pressão econômica, que estaria forçando mulheres com essas características a procurar o mercado de trabalho. A diversificação das pautas de consumo, gerando novas necessidades e desejos, o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento, fariam parte desse processo. Contudo, esse aumento também é fruto de um intenso processo de modernização e de mudança cultural observados no Brasil a partir dos anos setenta, do qual faz parte a expansão da escolaridade, à qual as mulheres vêm tendo cada vez mais acesso.

Como tem sido reiterado pela literatura (ver por exemplo, Miranda, 1975 e Rosemberg et alii, 1982), a associação entre a escolaridade e a participação das mulheres no mercado de trabalho é intensa. As mais instruídas apresentam taxas mais elevadas de atividade, não só porque o mercado de trabalho é mais receptivo ao trabalhador mais qualificado de modo geral, mas também porque elas podem ter atividades mais gratificantes e bem remuneradas, que compensam os gastos com a infra-estrutura doméstica necessária para suprir sua saída do lar. Como ocorre com os homens, a atividade das mulheres aumenta entre as que tem mais de 8 anos de estudo (que corresponde à escolaridade obrigatória do primeiro grau), mas são aquelas que tem nível superior de ensino (15 anos ou mais) as mais ativas, com

uma taxa de mais de 80% em 1995, quase o dobro da atividade feminina em geral. Por outro lado, as trabalhadoras têm, em média, mais anos de estudo do que seus colegas. Como se constata nos dados, na mesma data, quase 25% das trabalhadoras, em comparação a 17% dos trabalhadores, tinham mais de 11 anos de estudo.

Tabela 6
Distribuição da população economicamente ativa e taxas de atividade,
por sexo e escolaridade
Brasil, 1995*

ANOS DE ESTUDO	Taxas de Atividade		Distribuição por escolaridade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução e menos de 1 ano	73,5	40,2	16,3	13,2
1 a 3 anos	65,6	39,0	19,0	16,5
4 a 7 anos	73,9	44,0	34,1	31,9
8 a 10 anos	82,5	52,8	13,4	13,6
11 a 14 anos	88,6	69,0	12,2	18,1
15 anos ou mais	90,6	82,3	4,8	6,5
Total	75,3	48,1	100,0	100,0
%				
(milhões)	--	--	[44,2]	[30]

Fonte: PNAD 95 (tab. 4.3)

* A agregação dos anos de estudo difere de 1985 para 1995, o que inviabilizou a comparação

3. Desigualdades de gênero e deslocamentos da força de trabalho

No longo período focalizado neste texto o país passou por agudas transformações de ordem política, econômica e social. O ambiente econômico foi particularmente perturbado entre 1986 e 1994, período em que o país conviveu com nada menos que seis planos de estabilização, a saber, Cruzado I, Cruzado II, Bresser, Verão, Brasil Novo e Real. Todos eles, na tentativa primeira de estancar a crise inflacionária, promoveram uma sucessão de congelamentos de preços, seguidos de difíceis processos de desindexação, provocando cinco alterações na moeda nacional que, de cruzeiro, passou, sucessivamente, a cruzado, cruzado novo, cruzeiro novo e finalmente, real.

A atividade econômica oscilou entre períodos de aquecimento e recessão, embora a tônica, principalmente nos anos 80, tenha sido a de uma permanente e prolongada crise econômica, com aumento do desemprego e alteração na distribuição da população economicamente ativa, deslocando-a do setor industrial para ocupações no setor informal. Na primeira metade dessa década, o setor terciário teve papel fundamental no sentido de evitar maiores quedas no nível de emprego. Os ramos que mais se destacaram, desde então, na geração de empregos, foram a prestação de serviços, o comércio, as atividades sociais, a administração pública e alguns outros, como as instituições financeiras.

Em 1986, durante o governo Sarney, o plano Cruzado provocou um surpreendente *boom* no consumo, mas logo fracassou, provocando o recrudescimento da recessão. Entre 1987 e 1989 cresceu a instabilidade inflacionária e continuaram as flutuações no nível de produção e emprego, sem que se manifestasse de forma clara, entretanto, retração da atividade econômica. Do ponto de vista do emprego e da renda, a década de 80 assistiu a uma deterioração das condições gerais do mercado urbano, devido ao crescimento relativamente

lento do emprego, o aumento da proporção de assalariados sem contrato de trabalho formalizado, a redução nos níveis de salário real e a corrosão do poder de compra dos salários ocasionada pela inflação (Baltar, Dedecca, Henrique, 1996). De maneira geral pode-se dizer que, mesmo tendo tido períodos de crescimento da economia, a década de oitenta caracterizou-se pela recessão econômica e por altíssimas taxas inflacionárias. Porém, se não houve melhora no enfrentamento da pobreza e da concentração de renda, houve também nesse período uma diminuição da desigualdade no acesso da população mais desfavorecida a serviços básicos. A comparação de dados da PNAD de 1981 com os últimos levantamentos daquela década iria mostrar que os anos oitenta não foram inteiramente perdidos, mas foram também marcados por grande expansão do atendimento público — redes de esgoto, saneamento, água, eletricidade — e mesmo pelo acesso dos pobres ao consumo — geladeira, TV e outros itens. Essa mesma década, por outro lado, assistiu também a um importante processo de reorganização da sociedade civil e de redemocratização do país, que levaria à primeira eleição presidencial direta, após o longo período de ditadura militar.

Em 1990, o governo Collor implanta o Plano Brasil Novo, o qual, de imediato, provoca queda brusca na inflação, retração nos setores mais organizados da economia e novo ciclo recessivo. As novas diretrizes econômicas promovem uma abrupta abertura do mercado nacional aos produtos importados, a qual, associada à crise econômica que se instaurou e ao quadro de incertezas na economia, acelera o ritmo de introdução de mudanças tecnológicas e organizacionais, principalmente no setor industrial, visando o aumento dos patamares de produtividade e de qualidade dos produtos nacionais, para fazer frente à concorrência internacional. A produtividade manteve-se em alta, mas trouxe como efeito colateral a queda no nível de emprego industrial e, em cascata, nos demais setores econômicos (FIPE e CNI/DEC, apud Bruschini e Lombardi, 1996). Com o refreamento da crise em 1993, após o *impeachment* de Collor e a instalação do governo Itamar Franco, houve alguma recuperação em postos de trabalho da indústria, sem retornar, entretanto, aos patamares de 1990. Em julho de 1994 tem início a implantação do Plano Real, cujo objetivo central é o controle da inflação e a estabilidade da moeda. A redução da inflação, que possibilitou o aumento do poder de compra das famílias, associada às facilidades de crédito encontradas nos primeiros meses de vigência do Plano, incentivaram o aumento da produção industrial, que prosseguiu até o primeiro trimestre de 1995, apesar das medidas restritivas que foram sucessivamente sendo impostas. No entanto, em decorrência da mudança estrutural que já vinha se processando na indústria de transformação, até mesmo no auge do reaquecimento o aumento do pessoal ocupado foi modesto. Em 1995, a participação dos ocupados na indústria de transformação perdeu terreno, ficando, em números absolutos, praticamente igual a 1993, enquanto o setor terciário continuou a ser o responsável pela absorção da maior parcela da população ocupada.

As análises referentes ao Plano Real mostram que a abertura da economia, combinada à taxa de câmbio sobrevalorizada, gerou desequilíbrio nas contas externas e baixo nível de crescimento do produto industrial. Os postos de trabalho perdidos na indústria têm sido substituídos por outros nos setores de comércio e de serviços, em grande parte informais, com produtividade relativamente mais baixa e pagando salários menores do que os da indústria (Camargo, 1996). Entretanto, é importante assinalar que, desde o início dos anos 90, os setores que geram bons empregos já haviam passado a empregar menos e que esta tendência estaria sendo agudizada pelo plano Real. Destaca-se, nesse movimento, a indústria, que se reestrutura para fazer face à concorrência internacional; o setor financeiro,

atingido pela crescente automação, pela súbita amputação das receitas inflacionárias que detinham antes do Plano Real e por um crescente número de fusões e aquisições; as estatais que, à medida que vão sendo privatizadas, são obrigadas a se desfazer de parcelas significativas de seu pessoal; e a administração pública, cuja reorganização começa a se traduzir numa diminuição do número de servidores públicos. Com tudo isto, as chances de conseguir um emprego formal, nos últimos anos, se reduziram em quase 10 pontos percentuais nas principais regiões metropolitanas. Até aqui, a principal contrapartida deste processo foi a crescente precarização das relações de trabalho e, sobretudo, um aumento do trabalho por conta própria (CONJUNTURA..., 1996).

As hipóteses mais otimistas estimam que, até o final da década de 90, o crescimento médio anual do PIB será de no máximo 4%, o que não deve se alterar se forem mantidas as premissas básicas do Plano Real para manter a estabilização: manutenção das taxas de câmbio, taxas de juros elevadas, ajustamento do setor público, por meio de privatizações, compressão do gasto público e ampliação das receitas para enfrentar o endividamento interno. No final de 1997, a crise financeira internacional teve efeitos negativos sobre o mercado brasileiro, pôs em risco o Real e provocou, como reação do Governo, aumento ainda maior nas taxas de juros e cortes orçamentários. As perspectivas, a partir dessa data, passaram a ser as de aumento da recessão e do desemprego, às custas da manutenção da estabilidade da moeda e da queda da inflação.

Os dados referentes ao mercado de trabalho apresentados a seguir refletem os efeitos dessas oscilações da conjuntura política e econômica brasileira, no período transcorrido entre 1985 e 1995.

- **participação econômica por setor de atividade**

Nos primeiros cinco anos do período analisado verifica-se, para homens e mulheres, relativa expansão da atividade industrial e da comercial, enquanto os trabalhadores começam a entrar no setor de serviços, tradicional reduto feminino. No período seguinte, a queda do nível de emprego no setor industrial se expressa no deslocamento, para outros setores, dos trabalhadores de ambos os sexos. Os efeitos perversos parecem ter incidido particularmente sobre as mulheres, pois enquanto a ocupação masculina cai ligeiramente na indústria, a presença das mulheres nesse setor sofre declínio mais acentuado até chegar a 9,3% da força de trabalho feminina. A ampliação no setor agrícola (de 14% em 90 para 22,5% em 95) é provocada pelo alargamento do conceito de trabalho, que passou a captar com maior precisão a atividade econômica das mulheres no campo.

Tabela 7
Ocupados e ocupadas por setor de atividade
Brasil

SETORES DE ATIVIDADE	1985		1990		1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agrícola	33,6	18,4	28,1	14,0	29,6	24,3	28,4	22,5
Indústria	27,0	12,4	29,1	13,7	27,2	10,1	26,4	9,3
Comércio de Mercadoria	11,2	10,4	12,3	12,2	13,0	12,0	13,3	12,8
Prestação de Serviço	8,9	32,1	10,4	30,9	11,0	28,6	12,0	29,8
Serv. Aux. de Ativ. Econômica	2,9	2,3	3,3	3,0	3,2	2,3	3,5	2,9
Transporte e Comunicação	5,0	0,8	5,2	1,0	5,2	0,8	5,6	0,8

Tabela 7
Ocupados e ocupadas por setor de atividade
Brasil

SETORES DE ATIVIDADE	1985		1990		1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Social	3,2	17,1	3,3	18,6	3,4	16,2	3,6	16,3
Administração	5,0	3,3	5,1	4,0	5,1	3,9	5,1	3,9
Outros	3,4	3,1	3,0	2,7	2,2	1,9	2,1	1,7
Total (milhões)	35,5	17,8	40,0	22,1	40,5	26,0	41,9	27,8
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE, PNADs 85 (tab. 3.18), 90, 93 e 95 (tab. 4.18)

As trabalhadoras continuam tendo na prestação de serviços as maiores possibilidades de trabalho, embora estas tenham se reduzido no período (de 32% para 29,8%), cedendo lugar para os homens (de 8,9% para 12%). A área social vem a seguir, agregando 16% das possibilidades de ocupação feminina e registrando queda em relação a 85, e principalmente a 90. Segue-se o comércio de mercadorias, setor no qual tanto homens quanto mulheres têm ampliado suas chances de colocação. Apesar dos deslocamentos, a presença das mulheres continua sendo marcante nos setores de serviços e social, além do agrícola, pelas razões metodológicas já mencionadas.

- **participação econômica por grupos ocupacionais**

A distribuição dos ocupados de um e outro sexo também mantém o padrão de gênero constatado em pesquisas anteriores, os homens ocupando mais as atividades industriais e as mulheres os serviços. No período 90 a 95, essa distribuição sofre algumas alterações provocadas, até certo ponto, pela nova metodologia, que dá maior visibilidade à presença feminina nas ocupações agrícolas. O contingente feminino na indústria sofre redução, o mesmo ocorrendo com as ocupações administrativas e as técnicas e científicas, tradicionais redutos femininos. As ocupações ligadas à prestação de serviços também diminuem ligeiramente o espaço reservado às mulheres, mas ainda abrigam cerca de um quarto das trabalhadoras.

Tabela 8
Ocupados e ocupadas por grupos ocupacionais
Brasil

GRUPOS OCUPACIONAIS	1990		1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ocupações técnicas, científicas e assemelhadas	4,4	13,3	4,4	11,6	4,6	12
Ocupações administrativas	14,7	14,9	12,4	12,2	12	12,4
Agropecuária, produção extrativa e mineral	25,5	13,2	27,9	23,8	26,7	22,1
Indústria de transformação e constr. Civil	23,5	12,7	23,7	10	24,1	9,7
Comércio e atividades auxiliares	9,9	12,2	10,8	11,8	11,4	12,8
Transportes e comunicações	5,9	0,7	5,5	0,7	5,9	0,6
Prestação de serviços	2,6	24,1	2,3	23	2,5	23,8

Tabela 8
Ocupados e ocupadas por grupos ocupacionais
Brasil

GRUPOS OCUPACIONAIS	1990		1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ocupações mal definidas/não declaradas	13,6	8,9	13	6,9	12,8	6,6
Total (milhões)	40,0	22,0	40,5	25,9	41,9	27,8

Fonte: FIBGE, PNADs 90 (tabulações especiais), 93 e 95 (tab. 4.26)

Os deslocamentos ocorridos no mercado de trabalho sugerem que os impactos da crise econômica dos primeiros anos desta década estariam empurrando as trabalhadoras não só para fora da indústria, como ocorre com seus colegas, mas também, em menor intensidade, de alguns setores da economia tradicionalmente ocupados por elas, como o de serviços e o social, bem como de grupos ocupacionais nos quais a presença feminina sempre foi mais marcante do que a masculina, como nas ocupações técnicas, científicas e assemelhadas. Esse deslocamento, no entanto, pode ter sido provocado, em certa medida, pela nova metodologia, ao gerar aumento percentual excessivo nas ocupações agrícolas, com efeito sobre toda a distribuição ocupacional.

Quando se examinam as relações de emprego (posição na ocupação) mantidas pelos trabalhadores verifica-se que, embora as mulheres predominem, como seus colegas, entre os empregados/assalariados (42% das ocupadas e 57% dos ocupados) e os trabalhadores por conta própria (27% dos ocupados e 17% das ocupadas) um percentual expressivo de trabalhadoras (quase 40%), mas não de trabalhadores, ocupa posições precárias no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas⁴, seja como não-remuneradas e como trabalhadoras para o autoconsumo (tabela 9). Enquanto a atividade não-remunerada feminina predomina no setor agrícola e, em menor escala, no comércio, a produção para o autoconsumo é basicamente realizada pelas mulheres na agricultura (tabela 10). A primeira destas formas de atividade incorpora, prioritariamente, crianças de ambos os sexos (52% das meninas e 59% dos meninos, na faixa de 10 a 14 anos de idade) e mulheres com mais de 60 anos, embora estas predominem na atividade voltada para o consumo familiar (tabela 11).

Tabela 9
Ocupados e ocupadas por posição na ocupação
Brasil

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregados	58,6	42,7	57,4	41,9
Trabalhadores domésticos	0,7	16,6	0,8	17,2
Conta-Própria	25,4	15,8	26,5	16,6
Empregadores	4,9	1,5	5,3	1,9
Não remunerados	8,6	13,5	8,0	13,1
Consumo próprio*	1,9	10,0	1,9	9,3
Total (milhões)	40,6	26,0	41,9	27,8
%	100,0	100,0	100,0	100,0

⁴ A categoria **trabalho doméstico** introduzida na PNAD a partir de 1992, refere-se ao emprego doméstico remunerado e não ao trabalho doméstico realizado pelas donas-de-casa, que continua sendo computado como inatividade econômica.

Tabela 9
Ocupados e ocupadas por posição na ocupação
Brasil

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

Fonte: PNAD 1993 e 95 (tab. 4.19)

OBS.: Excluídos os sem declaração

Dados não desagregados por sexo para anos anteriores

* Inclui consumo próprio e construção para o auto-consumo

Tabela 10
Ocupados e ocupadas por ramos de atividade e posição na ocupação
Brasil 1995

SEXO E RAMOS DE ATIVIDADE	Total		Posição na ocupação						
			Empregados	Trab. Domésticos	Conta própria	Empregadores	Não-remunerados	Trab. na produção p/ consumo próprio	Trab. na construção p/ uso próprio
	(milhões)	%	%	%	%	%	%	%	%
Homens	41,8	100	57,4	0,8	26,5	5,2	8,0	1,6	0,3
Agrícola	11,9	100	35,8	—	32,9	4,2	21,5	5,6	—
Indústria	11,0	100	72,8	—	19,4	4,8	1,7	—	1,3
Comércio	5,5	100	51,3	—	33,8	9,3	5,6	—	—
Prestação de serviços	5,0	100	49,4	7	32,5	6,5	4,5	—	—
Serv. Aux. da Ativ. Econômica	1,4	100	52,5	—	35,5	11,0	1,0	—	—
Transportes e comunicações	2,3	100	68	—	28,5	2,7	0,8	—	—
Social	1,5	100	85,5	—	8	4,5	2,0	—	—
Administração pública	2,1	100	99,8	—	—	0,1	0,1	—	—
Mulheres	27,7	100	41,8	17,2	16,6	1,9	13,1	9,2	0,1
Agrícola	6,2	100	8,3	—	9,5	0,5	41,0	40,9	—
Indústria	2,5	100	77,9	—	11,3	3,6	6,3	—	0,9
Comércio	3,5	100	44,6	—	36,3	4,9	14,1	—	—
Prestação de serviços	8,2	100	13,2	57,7	23,9	1,4	3,8	—	—
Serv. Aux. da Ativ. Econômica	0,8	100	66,8	—	24,2	5,3	3,7	—	—
Transportes e comunicações	0,2	100	92	—	2,7	2,7	2,5	—	—
Social	4,5	100	92,4	—	4,9	1,3	1,4	—	—
Administração pública	1,0	100	99,4	—	0,1	0,3	0,2	—	—

Fonte: FIBGE, PNAD 95 (tab. 4.23)

Tabela 11
Ocupados e ocupadas por sexo, faixas de idade e posição na ocupação
Brasil, 1995

SEXO E FAIXAS DE IDADE	Total		Posição na ocupação						
			Empregados	Trab. Domésticos	Conta própria	Empregadores	Não-remunerados	Trab. na produção p/ consumo próprio	Trab. na construção p/ uso próprio
	(milhões)	%	%	%	%	%	%	%	%
Homens	41,8	100	57,4	0,8	26,5	5,2	8	1,6	0,3
10 a 14 anos	2,1	100	26	0,9	5,8	0,6	59,1	7,4	0,7
15 a 19 anos	4,8	100	63,9	0,9	8,1	0,2	24,7	1,7	0,3
20 a 24 anos	5,3	100	72	0,8	15,8	2	8,7	0,4	0,3
25 a 29 anos	5,2	100	68	0,8	23,2	4,1	3,2	0,4	0,2
30 a 39 anos	10,0	100	62,1	0,7	29,1	6,3	1,1	0,3	0,3
40 a 49 anos	7,2	100	55,7	0,7	34,1	8,3	0,5	0,6	0,2

Tabela 11
Ocupados e ocupadas por sexo, faixas de idade e posição na ocupação
Brasil, 1995

SEXO E FAIXAS DE IDADE	Total		Posição na ocupação						
			Empregados	Trab. Domésticos	Conta própria	Empregadores	Não-remunerados	Trab. na produção p/ consumo próprio	Trab. na construção p/ uso próprio
	(milhões)	%	%	%	%	%	%	%	%
50 a 59 anos	4,1	100	44,6	0,9	42,2	9,7	0,7	1,5	0,4
60 e mais anos	2,7	100	29,1	1,7	49,2	8,3	1,8	8,9	0,8
Mulheres	27,7	100	41,9	17,2	16,6	1,9	13,1	9,2	0,1
10 a 14 anos	1,1	100	11,2	21,3	3,3		51,9	12	0,2
15 a 19 anos	2,8	100	40,3	31	5,4	0,2	18,2	4,8	0,1
20 a 24 anos	3,5	100	54,5	20,4	9,1	0,7	9,3	5,5	0,1
25 a 29 anos	3,7	100	51,2	16,5	14,2	1,6	9,5	6,9	0,1
30 a 39 anos	7,2	100	46,9	15,5	18,9	2,8	9,3	6,6	0,1
40 a 49 anos	5,1	100	42,4	13,9	21,9	2,8	10,6	8,1	0,1
50 a 59 anos	2,6	100	28	13,2	26,7	2,4	14,5	15,1	0,1
60 e mais anos	1,4	100	10,6	8,9	25,2	2,3	15,8	37,1	0,1

Fonte: FIBGE, PNAD 95 (tab. 4.19)

A relativa redução no percentual de empregados, acompanhada de aumento do contingente dos conta-própria, para ambos os sexos, reflete — tanto quanto o deslocamento dos trabalhadores dos empregos industriais para os do comércio e da prestação de serviço — a intensificação da reestruturação do mercado de trabalho brasileiro e de sua estrutura ocupacional, no período 93 a 95, provocando maior flexibilização das relações trabalhistas, perda de empregos protegidos pela legislação e aumento de atividades informais e precárias. Este processo, ao provocar intensa perda de postos formais de trabalho, principalmente os ocupados por homens (segundo dados do Ministério do Trabalho, no período 1988 a 1992, os homens perderam mais de 1,3 milhões de empregos formais⁵) estaria deslocando as trabalhadoras de alguns de seus tradicionais redutos, como sugerem os dados apresentados acima. Por outro lado, como afirmam alguns analistas, a queda da capacidade da indústria de gerar novos postos de trabalho e o papel central que o setor terciário assume cada vez mais na incorporação da população economicamente ativa, seriam processos mais benéficos para as mulheres, justificando a maior facilidade que elas encontram para se inserir no mercado de trabalho (SEADE, 1998).

De qualquer forma, qualquer que seja a resposta, o trabalho feminino não deixa de ser caracterizado como mais precário, em relação ao masculino. Ao contrário, há várias evidências de que a desigualdade de gênero continua a demarcar o mercado de trabalho brasileiro. Uma delas pode ser encontrada em informações sobre o local no qual os trabalhadores desempenham suas atividades. Neste caso verifica-se que, embora mais da metade das ocupadas, como ocorre com seus colegas, trabalhem em lojas, oficinas ou escritórios, um percentual considerável delas trabalha no próprio domicílio (12,4%) ou no domicílio do patrão (17,5%), cifras bem mais elevadas do que a dos trabalhadores que se encontram na mesma situação.

No primeiro caso, a grande maioria é composta por autônomas (mais de 68%), que trabalham por conta própria no domicílio, seja porque não conseguem emprego no mercado de trabalho, seja porque preferem a atividade domiciliar como estratégia conveniente para conciliar a atividade econômica com as domésticas. Na mesma situação, 22% são trabalhadoras domésticas que moram com a família para

⁵ Dados apresentados em Bruschini, 1998, Tabela 11, p. 29

a qual trabalham e apenas 2% ocupam a posição de empregadas. Ao que tudo indica, ao contrário do que afirma a maior parte dos estudos sobre a atividade domiciliar feminina, (ver, por exemplo, Abreu e Sorj, 1993), esta é predominantemente realizada por autônomas e não por empregadas, categoria na qual poderiam ser encontradas trabalhadoras subcontratadas por empresas⁶. Entre as que trabalham no domicílio do patrão, a esmagadora maioria é empregada doméstica (mais de 92%).

Tabela 12
Ocupados e ocupadas por posição na ocupação e local do estabelecimento do trabalho principal
Brasil, 1995

LOCAL DO ESTABELECIMENTO DO TRABALHO PRINCIPAL	Total		Posição na ocupação				
			Empregados	Trab. domésticos	Conta própria	Empregadores	Não-remunerados
	(milhões)	%	%	%	%	%	%
Homens	41,0	100	58,6	0,9	27	5,3	8,2
loja, oficina, fábrica, escola, escritório, repartição pública, galpão etc	23,4	100	79,1		12,1	6,5	2,2
fazenda, sítio, chácara, granja etc	10,8	100	38,3		34	4,6	23,1
no domicílio em que moravam	0,8	100	3,5	8	72,8	3,3	12,4
em domicílio do empregador, patrão, sócio ou freguês	0,5	100	12	51,4	35	0,5	1
em local designado pelo cliente, empregador ou freguês	3,1	100	27,9		66,5	3,3	2,3
em veículo auto-motor	0,8	100	26		68	3,6	2,4
em via ou área pública	1,1	100	12,3		78,2	1,4	8
Outro	0,3	100	24,2		61,7	1,2	12,9
Mulheres	25,1	100	46,1	19	18,3	2,1	14,4
loja, oficina, fábrica, escola, escritório, repartição pública, galpão etc	13,1	100	83,3		7,3	3,6	5,8
fazenda, sítio, chácara, granja etc	3,5	100	14,3		14,7	0,9	70,1
no domicílio em que moravam	3,1	100	1,8	21,6	68,2	0,9	7,5
em domicílio do empregador, patrão, sócio ou freguês	4,4	100	0,9	92,3	6,6		0,1
em local designado pelo cliente, empregador ou freguês	0,2	100	10,2		85,2	0,3	4,3
em veículo auto-motor	0,01	100	37		40,9		22,1
em via ou área pública	0,5	100	5,9		77,2	0,9	16
Outro	0,07	100	10,4		60,9		28,7

Fonte: FIBGE, PNAD 1995, tab. 4.20

Obs: excluídos trabalhadores na produção para consumo próprio e trabalhadores na construção para o próprio uso

É interessante constatar que os efeitos da flexibilização das relações de trabalho podem ser observados até mesmo no interior de uma atividade prioritariamente informal, pois, uma comparação com informações semelhantes para os dois anos anteriores (em Bruschini e Lombardi, 1996) revela ter ocorrido redução de empregadas (de 3,3% em 93 para 1,8 em 95) e aumento de autônomas (de 65% para 68%) entre as trabalhadoras domiciliares.

Algumas características da ocupação feminina nos nichos mais desfavorecidos de atividade econômica ilustram a precariedade de parcela expressiva (40%) da mão-de-obra feminina. As empregadas domésticas, em sua maioria, são jovens, ganham menos de dois salários mínimos (90%) e não contam com registro em carteira (82%). Trata-se, sem dúvida, de um dos nichos mais desfavorecidos de trabalho, que abriga 17% da mão-de-obra feminina. As não remuneradas, categoria que abriga mais de 13% das ocupadas, trabalham principalmente no setor agrícola, em menor escala no comércio, são muito jovens ou idosas, enquanto entre as que trabalham para o consumo próprio ou familiar (9,3%) predominam as trabalhadoras rurais idosas. Se fossem acrescidas a essas

⁶ A não ser, obviamente, que estas se declarem como autônomas embora trabalhem, por produção, para alguma empresa.

categorias as trabalhadoras domiciliares, seria possível concluir que mais da metade das trabalhadoras realiza atividades precárias, que se situam no segmento informal da economia.

Quadro 1
Nichos Femininos mais desfavorecidos
Brasil, 1995

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SEXO		ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO FEMININA
	Masculino (%)	Feminino (%)	
Trabalhadores Domésticos	0,8	17,2	- 58% trabalham na prestação de serviços - 52% tem menos de 19 anos - 92% trabalham no domicílio do empregador - 90% ganham menos de 2 S.M
Não-Remunerados	8	13,1	- 82% não têm carteira assinada - 41% trabalham na agricultura e 14% no comércio - 70% tem menos de 19 anos e 16% mais de 60 anos
Consumo Próprio e da Família	1,9	9,3	- 70% trabalham em fazendas e sítios - 41% trabalham na agricultura - 37% tem mais de 60 anos

Fonte: FIBGE, PNAD 95 (tabs. 4.19, 4.20, 4.21, 4.22 e 4.23)

Se esse padrão de participação feminina, que se expressa pela presença de metade das trabalhadoras em atividades precárias e informais, demonstra uma indiscutível continuidade em relação à dinâmica do trabalho feminino, é no interior de alguns grupos ocupacionais que se pode perceber a ocorrência de mudanças. Uma análise referente aos grupos e subgrupos ocupacionais, assim como às ocupações principais nas quais os trabalhadores estão inseridos, baseada na comparação entre os Censos Demográficos Mão de Obra de 1980 e 1991, este último divulgado apenas no final de 1997, reflete essas contradições, ao revelar a permanência de *guetos*⁷ femininos tradicionais, mas também o ingresso das trabalhadoras em inúmeros outros nichos ocupacionais, a tal ponto que é possível afirmar que é no interior das ocupações que começa a aparecer um silencioso processo de mudança, como se pode constatar pelos dados apresentados nas tabelas seguintes⁸, que comparam informações para os anos de 1980 e 1991, visando detectar os principais movimentos ocorridos no período, e nas quais foram incluídos os grupos nos quais o trabalho feminino é significativo⁹.

Os dados apresentados na tabela 13 indicam a ocorrência de um aumento da parcela feminina em todos os grupos ocupacionais, mantendo-se inalterados apenas o das ocupações da prestação de serviços, no qual a presença das mulheres já era muito elevada e o das ocupações da indústria. No interior de cada

⁷ Uma discussão sobre a noção de gueto ocupacional pode ser encontrada em Bruschini, 1979.

⁸ Apesar da discrepância em relação às demais datas analisadas no texto, consideramos da maior relevância incorporar ao texto informações obtidas através dos Censos Mão de Obra, porque esta fonte é a única que apresenta, para o mercado global de trabalho, informações desagregadas sobre as ocupações nas quais se situam os trabalhadores de um e outro sexo.

⁹ Não foram analisadas as ocupações dos transportes e comunicações, nem tampouco as da defesa nacional e segurança pública. No interior de cada grupo, as ocupações são apresentadas em ordem decrescente, de acordo com os percentuais femininos, tendo como referência 1991.

grupo manifestam-se movimentos de mudança, ao lado de continuidades. Nas ocupações administrativas, as mulheres ampliam sua presença nas funções burocráticas, nas quais o contingente feminino já era marcante, o mesmo ocorrendo nos cargos de diretoria e chefia na administração pública. No entanto, no período analisado, ampliam consideravelmente sua participação entre os chefes, gerentes e administradores de empresas, assim como entre os empresários, ou empregadores, entre os quais o aumento relativo da presença feminina foi da ordem de 224%! No comércio, as mulheres aumentam a participação em todas as atividades. Na indústria, a presença feminina é mais elevada em setores tradicionais, como o vestuário e o têxtil, mas, neste último, a parcela de ocupadas reduziu-se significativamente, ao mesmo tempo em que aumentou, de forma expressiva, o percentual feminino entre os mestres, contramestres e técnicos industriais. Embora este percentual ainda seja muito pequeno, o aumento de mulheres nesse grupo, nos anos analisados, foi da ordem de 62%.

Nas ocupações da prestação de serviços, no qual a maior persistência se expressa no altíssimo contingente feminino no emprego doméstico e em serviços de higiene pessoal, também se constatam mudanças, pois diminui o percentual de mulheres nesses grupos, mas amplia-se em todos os outros, inclusive entre os proprietários, entre os quais o aumento foi da ordem de 218%!

Mas é no interior do grupo das ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas (tabela 14) que ocorrem as principais mudanças, pois as mulheres ampliaram, significativamente, sua presença em inúmeras ocupações e profissões de prestígio, entre as quais vale ressaltar: a arquitetura e a odontologia, ambas com um aumento relativo de 170%, a medicina (137%) e o jornalismo, com aumento de 146% do percentual feminino. Até mesmo na engenharia, profissão na qual a presença de mulheres ainda não alcança os 7%, o aumento, da ordem de 126%, foi considerável. Mas a categoria na qual, em seu conjunto, mais aumentou a participação das mulheres, no período considerado, foi a das ocupações jurídicas, com índices de 144% entre os advogados e defensores públicos e de 116% entre os procuradores, promotores e curadores e um notável aumento do número de juízas que, de apenas 380 em 1980, passaram a ser um contingente de 1.596 em 1991, o que significou uma ampliação de mais de 300%!

Ao lado dessas mudanças, permanecem também alguns dos principais guetos femininos, como a enfermagem, o magistério primário, a assistência social e outros. Mesmo assim, alguns sinais são promissores, como o movimento interno no grupo dos professores, entre os quais, ao mesmo tempo em que diminui a presença relativa de mulheres nos níveis mais baixos do ensino, aumenta sua participação no ensino de 2º grau e no superior.

Tabela 13
Participação feminina nos grupos e subgrupos ocupacionais
Brasil, 1980 e 1991

GRUPOS E SUBGRUPOS OCUPACIONAIS	1980			1991		
	Total de ocupados (milhões)	Mulheres		Total de ocupados (milhões)	Mulheres	
		Total	%		Total	%
Ocupações administrativas	5.101.926	1.732.153	33,9	7.704.851	2.956.588	38,4
funções burocráticas ou de escritório	2.934.842	1.428.967	48,7	3.899.603	2.167.367	55,6
diretores e chefes de administração pública	119.416	49.035	41,1	236.618	100.895	42,6

Tabela 13
Participação feminina nos grupos e subgrupos ocupacionais
Brasil, 1980 e 1991

GRUPOS E SUBGRUPOS OCUPACIONAIS	1980			1991		
	Total de ocupados (milhões)	Mulheres		Total de ocupados (milhões)	Mulheres	
		Total	%		Total	%
chefes e encarregados de seção serv. adm. Empresas	444.656	78.398	17,6	619.229	138.036	22,3
administradores e gerentes de empresas	559.744	68.687	12,3	912.727	203.363	22,3
Empregadores	1.043.268	107.066	10,3	2.036.674	346.926	17,0
Ocupações das inds. de transformação e c. civil	8.732.500	1.508.690	17,3	11.161.304	2.000.660	17,9
ocupações das inds. do vestuário	1.042.506	841.262	80,7	1.463.650	1.186.794	81,1
ocupações das inds. têxteis	312.868	187.924	60	288.720	142.590	49,4
ocupações das inds. alimentação e bebidas	296.368	68.716	23,2	364.780	86.713	23,8
ocupações das inds. do couro	21.924	4.741	21,6	33.111	7.539	22,8
outras ocupações da ind. de transformação	923.133	252.919	27,4	1.298.519	269.654	20,8
ocupações das inds. gráficas	120.563	19.528	16,2	153.103	26.974	17,6
ocupações das inds. cerâmica e vidro	216.867	29.196	13,5	180.973	22.706	12,5
mestres, contramestres e técnicos de inds, transf. e c. civil	242.279	9.499	3,9	219.560	15.359	7,0
eletricistas	440.067	30.382	6,9	694.187	42.309	6,1
ocupações das inds. de madeira e móveis	835.194	22.711	2,7	942.355	39.477	4,2
ocupações das inds. mecânicas e metalúrgicas	1.595.311	34.439	2,2	2.056.742	61.223	3,0
ocupações da ind. da construção civil	2.685.420	7.373	0,3	3.465.604	99.322	2,9
Ocupações do comércio e atividades auxiliares	3.255.101	921.187	28,3	5.530.383	1.930.174	34,9
operadores de caixa	151.732	122.271	80,6	270.010	218.864	81,1
Lojistas	2.385.398	753.868	31,6	3.764.653	1.431.397	38,0
vendedores ambulantes	1.255.385	454.554	24,7	1.279.178	415.040	32,4
outras ocupações do comércio	139.085	15.844	11,4	211.675	40.643	19,2
viajantes, representantes e praticistas	183.945	18.898	10,3	244.702	39.198	16,0
vendedores de jornais e revistas	18.138	2.087	11,5	30.175	3.896	12,9
Ocupações da prestação de serviços	5.125.131	3.605.336	70,3	7.456.218	5.233.948	70,2
ocupações domésticas remuneradas	2.476.523	2.367.616	95,6	3.696.268	3.424.875	92,7
ocupações dos serviços de higiene pessoal	476.276	393.474	82,6	504.616	374.448	74,2
ocupações dos serviços de alojamento e alimentação	613.227	318.013	51,9	1.069.965	639.428	59,8
porteiros, ascensoristas, vigias e serventes	1.498.076	513.083	34,2	2.042.390	753.170	36,9
atletas profissionais e funções afins	30.643	8.526	27,8	81.803	27.319	33,4
proprietários nos serviços, Ct. Próp., n. classificados anter.	30.386	4.624	15,2	61.176	14.708	24,0
TOTAL	42.271.526	11.505.367	27,2	55.293.317	17.561.699	31,8

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico Mão de Obra 1980 (tab.1.11) e 1991 (tab. 5.18)

Tabela 14

Participação feminina nas ocupações técnicas, científicas e assemelhadas. Brasil, 1980 e 1991

GRUPO OCUPACIONAL E OCUPAÇÕES	1980			1991		
	Total de ocupados	Mulheres		Total de ocupados	Mulheres	
	(milhões)	Total	%	(milhões)	Total	%
Total	2.773.886	1.585.517	57,2	4.554.429	2.782.800	61,1
Engenheiros, arquitetos e especialistas assemelhados	124.302	9.362	7,5	187.778	22.946	12,2
arquitetos	12.270	4.506	36,7	25.302	12.153	48,0
engenheiros	106.286	4.639	4,4	157.533	10.473	6,6
Ocupações auxiliares da engenharia e arquitetura	144.955	12.285	8,5	178.397	31.543	17,7
desenhistas	97.255	11.099	11,4	134.883	27.863	20,7
tec. edificações, agrimensura, estradas e saneam.	29.269	731	2,5	31.239	3.388	10,8
Químicos, farmacêuticos, físicos e especialistas afins	16.045	4.807	30	28.731	10.865	37,8
farmacêuticos	5.129	2.872	56	9.664	7.189	74,3
físicos	509	116	22,8	609	149	24,5
químicos	6.316	1.377	11,4	13.507	2.949	21,8
geólogos e mineralogistas	2.845	180	6,3	3.882	333	8,6
Ocupações auxiliares da química, farmácia, física	37.777	8.168	21,6	61.182	17.652	28,9
técnicos químicos	26.945	6.111	22,7	53.961	15.808	29,3
Agrônomo, biólogos, veterinários e assemelhados	26.339	4.930	18,7	54.251	13.338	24,6
biólogos	2.679	1.567	58,5	6.614	4.577	69,2
farmacologistas	3.299	1.751	53,1	6.242	3.766	60,3
veterinários	7.275	6.419	11,8	15.522	3.072	19,8
agrônomos	13.086	756	5,7	25.873	1.923	7,4
Médicos, dentistas e especialistas assemelhados	172.352	54.532	31,6	302.710	139.917	46,2
enfermeiros diplomados	11.292	10.507	93	30.822	28.751	93,3
outros especialistas em medicina	7.945	7.223	91	20.723	18.865	91,0
dentistas	56.015	15.839	28,6	100.775	42.719	42,4
médicos	97.100	20.963	21,6	150.390	49.582	33,0
Ocupações auxiliares da medicina e odontologia	350.785	274.668	78,3	541.600	427.809	79,0
parteiras	2.526	2.488	98,5	2.523	2.274	90,1
enfermeiros não diplomados	294.267	249.525	84,8	447.102	381.193	85,3
técnicos em análises clínicas	14.931	7.697	51,6	21.216	12.703	59,9
ortoptistas e óticos	1.104	295	26,7	2.331	526	22,6
protéticos	14.188	1.201	8,5	23.586	3.435	14,6
Matemáticos, estatísticos e analistas de sistema	20.505	3.875	18,9	66.223	17.178	25,9
estatísticos	2.794	1.066	38,2	1.763	818	46,4
matemáticos	278	85	30,6	138	62	44,9
analistas de sistemas	17.433	2.724	15,6	64.322	16.298	25,3
Economistas, contadores e tec. de administração	188.098	35.075	18,6	213.685	59.688	27,9
técnicos de administração	188.098	153.023	30,3	27.436	9.705	35,4
economistas	31.871	5.895	18,5	25.356	6.930	27,3
contadores	139.818	24.203	17,3	160.893	43.053	26,8
Ocup. aux. da contab., estat. e anál. de sistemas	81.652	24.319	29,8	172.285	59.198	34,4
técnicos de estatística	19.338	8.396	43,4	27.639	13.890	50,3
técnicos de contabilidade	43.161	11.921	27,6	62.297	21.749	34,9
programadores de computador	19.153	4.002	20,9	62.306	14.211	22,8
Cientistas sociais	38.543	34.090	88,4	74.109	65.596	88,5
assistentes sociais	24.166	22.190	91,8	48.489	43.976	90,7
psicólogos	11.097	9.681	87,2	21.620	18.760	86,8
sociólogos, antropólogos e arqueólogos	2.225	1.478	66,4	2.517	1.853	73,6
Professores	1.084.520	938.837	86,6	1.830.647	1.563.632	85,4
pfs ensino pré-escolar	23.543	23.265	98,8	84.149	80.854	96,1
pfs.1o. grau(1a. à 4a. séries)	400.673	385.258	96,2	593.809	554.955	93,5
pfs.1o. grau, sem especificação de série	208.581	195.444	93,7	405.500	367.550	90,6
pfs 1o. grau (5a. à 8a. séries)	110.789	94.973	85,7	138.200	118.483	85,7
pfs. de ensino não especificado	122.931	105.058	85,5	257.227	215.120	83,6
pfs. 2o. grau	125.226	88.166	70,4	214.370	156.981	73,2
pfs e instrutores de formação profissional	44.106	26.026	59	64.135	36.349	56,7
pfs. ensino superior	47.003	20.226	42,2	71.282	32.380	45,4
Ocupações auxiliares de ensino	85.282	69.302	81,3	124.412	101.936	81,9
orientadores e técnicos de ensino	52.463	45.604	86,9	76.973	66.836	86,8
inspetores de alunos	32.819	23.698	72,2	47.439	35.100	74,0
Magistrados, advogados e especialistas assem.	98.470	20.606	20,9	166.919	50.439	30,2
procuradores, promotores e curadores públicos	8.130	1.653	20,3	9.998	3.577	35,8
advogados e defensores públicos	85.716	18.573	21,7	148.871	45.266	30,4
magistrados	4.624	380	8,2	8.050	1.596	19,8
Ocupações auxiliares da justiça	62.721	22.094	35,2	87.849	40.339	45,9
outras ocupações auxiliares da justiça	19.540	8.590	44	28.483	15.090	53,0
escrivães de cartório	25.065	8.654	34,5	37.802	19.009	50,3
tabeliães e oficiais de registro	5.989	2.093	35	4.165	1.538	36,9
Religiosos	31.477	7.676	24,4	48.074	10.912	22,7
Escritores e jornalistas	28.623	7.160	25	46.503	17.638	37,9
Artistas, ocupações afins e auxiliares	157.879	35.910	22,7	333.893	107.581	32,2
artesãos de objetos de cerâmica, couro, madeira e metal	21.997	10.933	49,7	91.090	48.437	53,2
artistas de teatro, cinema, rádio e TV	10.860	6.290	57,9	22.772	10.965	48,2
fotógrafos	48.259	6.248	13	63.613	12.338	19,4
Outras ocupações técnicas, científicas e assem.	23.561	17.821	75,6	35.181	24.593	69,9
bibliotecários	16.367	14.945	91,3	19.031	16.945	89,0
arquivistas e museólogos	387	269	69,5	684	553	80,8

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico Mão deObra, 1980 (tab.1.11), 1991(tab.5.18)

Outras indicações de mudança podem ainda ser observadas. No setor financeiro, por exemplo, a parcela de empregos ocupados por mulheres atinge 40% e quase 45% nas caixas econômicas e cooperativas de crédito.

Quadro 2
Participação feminina no setor financeiro

ANO	1980		1991	
	Total de ocupados	% de mulheres	Total de ocupados	% de mulheres
Instituições de crédito, seguros e capitalização	788.816	33,4	985.169	40,3
Bancos, financeiras e capitalização	675.746	32,5	827.000	40,1
Caixas econômicas e cooperativas de crédito	46.416	44,2	73.494	44,8
Seguros	66.654	35,4	84.675	38,5

Fonte: FIBGE, Censo demográfico Mão-de-Obra, 1980 (tab. 17) e 1991 (tab. 5.17)

Todos esses dados nos levam a crer que, em que pese a persistência, na distribuição ocupacional, do padrão de gênero descrito em trabalhos anteriores, que se define pela segregação das mulheres em ocupações de pouco prestígio e baixos níveis de remuneração, nas áreas do ensino e da saúde, em funções burocráticas, no emprego doméstico, na indústria do vestuário etc..., outros espaços, em profissões e ramos de atividade que exigem maior escolaridade e qualificação, estão sendo ocupados por mulheres. Vale a pena ressaltar, neste processo, os cargos de gerência e chefia nas empresas, o aumento de empresárias no comércio e na prestação de serviços e algumas das melhores ocupações. Esses dados, corroborados por algumas pesquisas antropológicas e estudos de caso, como a de Segnini (1994), para a área financeira e bancária, a de Puppim (1994), sobre a presença de mulheres em postos de comando e a de Junqueira (1998), para a área jurídica, sugerem que é nesta direção que parecem estar se dando as transformações mais significativas na participação das mulheres no mercado de trabalho e na sociedade brasileira. Ainda que se possa argumentar que os maiores aumentos se deram em áreas femininas tradicionais, como na saúde e no setor público da atividade econômica, ou em cargos inferiores na hierarquia das empresas, como afirma Segnini para o caso dos bancos, a maior presença feminina em postos mais qualificados da atividade econômica deverá, a longo prazo, ter impactos consideráveis e que ainda estão por ser devidamente avaliados, sobre a composição por gênero do mercado de trabalho. Além disso, se este significativo movimento de mudança, favorável às mulheres, foi verdade para a década de oitenta, é possível supor que ele venha se intensificando na década de noventa. Resta-nos aguardar os resultados do Censo do ano 2000 para que esta hipótese possa ser testada.

- **participação econômica e desigualdades salariais**

Apesar dos ganhos obtidos pelas trabalhadoras, no que tange aos espaços ocupados no mercado de trabalho, os baixos rendimentos obtidos por elas e as desigualdades salariais entre os sexos refletem a permanência da discriminação sexual. No período analisado, essas duas características — baixos rendimentos e desigualdades de gênero — não sofreram qualquer alteração. É importante assinalar que houve algum progresso no sentido da diminuição da concentração de

trabalhadores nas faixas mais baixas de renda, entre 1985 e 1995. Os resultados mais positivos, porém, ocorreram no período 85-90, no qual aumentaram os percentuais de trabalhadores de ambos os sexos nas faixas superiores a dois salários mínimos, ao que se seguiu, no período posterior, nova queda, com nova melhora no período 93-95, após a implantação do Real. Nenhum desses movimentos, no entanto, foi suficiente para eliminar as desigualdades de rendimento entre os sexos. Como demonstram os dados da tabela 15, ainda que a parcela da população ocupada que auferia até 2 salários-mínimos (SM)¹⁰ mensais tenha decrescido no período, em 1995 ainda é substantivamente maior o número de mulheres que se enquadra nessa faixa de rendimentos (36,5% dos homens e 45% das mulheres). Ressalte-se que, nessa data, ¼ das ocupadas ainda recebia apenas um salário mínimo como rendimento mensal pelo seu trabalho (em comparação a apenas 16% dos homens). É importante assinalar também que, a partir de 1990, houve um aumento significativo (de 13% para 24%) da parcela de mulheres que declararam trabalhar sem nenhum rendimento. Muito provavelmente, este aumento se deve à ampliação do conceito de trabalho a partir de 1992, quando passaram a ser consideradas ocupadas aquelas pessoas, majoritariamente mulheres, que trabalhavam, no mínimo, uma hora por semana, mesmo que desenvolvessem atividades de produção e construção destinadas à manutenção da própria subsistência ou da subsistência do seu grupo familiar.

Tabela 15
População economicamente ativa, por sexo e rendimento médio mensal
Brasil

CLASSES DE RENDIMENTO	1985		1990		1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 1 S. M.	23,1	41,0	17,5	29,3	25,5	35,7	16,4	26,0
Mais de 1 a 2 S.M.	24,4	20,4	19,7	20,9	22,3	18,9	20,1	19,1
Mais de 2 a 5 S.M.	25,2	15,5	28,4	22,0	25,1	14,3	27,5	18,6
Mais de 5 a 10 S.M.	9,9	5,0	13,2	8,4	8,8	4,2	12,1	7,1
Mais de 10 S.M.	6,7	2,4	10,5	5,5	6,2	2,2	9,3	4,2
Sem Rendimento	10,3	15,5	10,0	13,3	10,9	23,8	13,3	24,1
Sem Declaração	0,4	0,3	0,8	0,6	1,3	0,9	1,4	0,9
TOTAL (milhões)	36,7	18,5	41,6	22,9	40,5	25,9	44,2	29,9
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs: Em 85, 90 e 95 Faixas de Rendimento dos Economicamente Ativos e em 93, dos Ocupados
Fonte: FIBGE. PNADs 85 e 90 (tab. 3.5), 93 (tab. 4.27) e 95 (tab. 4.6)

A distribuição dos rendimentos segundo o sexo e os setores de atividade econômica vem demonstrar que nada menos que 82% das mulheres ocupadas no setor agrícola não recebiam qualquer rendimento pelo seu trabalho, enquanto os homens nas mesmas condições representavam pouco mais de ¼ dos ocupados naquele setor. A tendência das mulheres serem mais mal remuneradas, qualquer que seja o setor econômico no qual trabalham, já tem sido bastante evidenciada e comentada pela literatura. Os dados levantados para este trabalho revelam que não houve mudanças. Na indústria, setor econômico no qual as relações de

¹⁰ O salário-mínimo corresponde, em abril de 1998, a R\$ 120,00.

trabalho costumam ser as mais formalizadas, 49% das mulheres e cerca de 33% dos homens ganham até 2 SM. No comércio são 47% das mulheres e 38% dos homens que se enquadram nessa faixa de rendimentos. No setor serviços, a parcela das mulheres que ganham até R\$ 240,00 por mês atinge a absurda proporção de 78%, enquanto 43% dos homens estão nessa situação. Mesmo no setor social, no qual se situam atividades tipicamente femininas como o magistério e a enfermagem, a balança pende a favor dos homens: 29% deles ganham até 2 SM, em comparação a 45% das mulheres ali ocupadas. Nas atividades da administração pública, outro reduto feminino, a mesma desigualdade se manifesta: 38% das mulheres que ali trabalham se enquadram nessa faixa de rendimentos, e apenas 29% dos homens.

Tabela 16
Rendimento dos ocupados e ocupadas por setor de atividade
Brasil, 1995

SEXO E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Classes de rendimento mensal (Salários mínimos)							sem declaração
	Total		até 2 SM	mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	mais de 10 SM	sem rendimento	
	(milhões)	%						
HOMENS	41.863.309	100	40	28,1	12	8,3	10,3	1,2
Agrícola	11.907.665	100	55	11,2	2,6	1,7	27,9	1,5
Indústria	11.055.803	100	33,4	38,4	14,7	8,7	3	0,9
Comércio de Mercadorias	5.552.828	100	38,4	31,5	13,3	9,9	5,7	1,1
Prestação de Serviços	5.023.234	100	42,5	34,1	12,6	5,1	4,8	0,9
Serv. auxil. da ativ. econômica	1.468.001	100	23,7	25,8	19,6	27,5	1,1	2,4
Transporte e comunicações	2.327.137	100	22,2	44,7	20,9	10,6	0,9	0,8
Social	1.516.906	100	28,9	28,5	19,4	19,6	2,3	1,4
Administração pública	2.140.046	100	28,9	34,8	19,8	15,3	0,2	1
Outras ativid., ativid. mal definidas ou não declaradas	871.689	100	26,5	17,3	24,1	28,9	0,6	2,5
MULHERES	27.765.299	100	47,9	18,5	6,6	3,5	22,7	0,8
Agrícola	6.246.577	100	16	1,2	0,2	0,1	81,9	0,6
Indústria	2.584.601	100	49,1	30,7	7,5	4,5	7,2	1
Comércio de Mercadorias	3.563.812	100	47,4	25,8	7,9	3,5	14,2	1,1
Prestação de Serviços	8.283.126	100	77,9	13,7	2,5	0,8	4,5	0,6
Serv. auxil. da ativ. econômica	812.032	100	34,3	29,2	18,1	12,2	3,7	2,3
Transporte e comunicações	215.653	100	26,7	36,7	20,9	11,9	2,5	1,2
Social	4.527.094	100	45,2	32,8	13,5	6,2	1,5	0,7
Administração pública	1.070.120	100	37,7	27,5	19,3	13,9	0,2	1,5
Outras ativid., ativid. mal definidas ou não declaradas	462.284	100	19,6	27,2	26,8	22,2	1,5	2,6

Fonte: FIBGE, PNAD 95 (tab. 4.18)

Quando se examina o ganho médio feminino em relação ao masculino, constata-se que as mulheres ganham cerca de 64% dos salários masculinos.¹¹ Argumenta-se que existiriam algumas razões pelas quais as mulheres receberiam remunerações mais baixas do que os homens. Uma delas residiria no menor número de horas por elas trabalhadas, quando comparadas aos homens. Esse argumento é facilmente derrubado pelos indícios trazidos pela tabela 17. Na faixa de 40 a 44 horas semanais, que corresponde ao período regular de trabalho no setor formal da economia, 46% das mulheres e 39% dos homens ganham até 2 SM, o que demonstra mais uma vez a desigualdade de remuneração feminina frente aos homens. Na faixa de 15 a 39 horas, na qual estaria incluído o trabalho em tempo parcial ou *meio período*, a desigualdade permanece: quase metade das

¹¹ Dado calculado a partir da tabela 4.18, da PNAD 1995.

mulheres que trabalham por esse período de tempo ganhava até 2 SM em 1995 e apenas 40% dos homens. A tabela indica ainda que parcela significativa das pessoas de ambos os sexos que trabalham até 14 horas semanais tende a fazê-lo sem remuneração. Entretanto, o contingente de mulheres que trabalha esse número de horas é três vezes maior que o dos homens (3,4 milhões de mulheres e 1,0 milhão de homens) e 2/3 delas trabalham sem remuneração.

Tabela 17
Rendimento dos ocupados e ocupadas, por horas semanais trabalhadas
Brasil, 1995

Grupos de horas semanais trabalhadas no trabalho principal	TOTAL		CLASSES DE RENDIMENTO					
	milhões	%	até 2 SM	mais de 2 a 5 SM	mais de 5 a 10 SM	mais de 10 SM	sem rendimento	sem declaração
Homens	41.863.309	100,0	40,2	28,1	12,0	8,3	10,3	1,2
até 14 horas	1.001.056	100,0	31,5	8,5	3,0	2,7	52,5	1,7
15 a 39 horas	6.546.326	100,0	39,9	14,2	7,2	5,6	31,7	1,4
40 a 44 horas	14.882.407	100,0	39,3	30,5	13,7	10,1	5,3	1,2
45 a 48 horas	8.774.228	100,0	44,5	33,3	11,5	5,7	4,1	0,9
49 ou mais horas	10.645.768	100,0	38,3	31,1	13,8	10,4	5,2	1,3
Mulheres	27.765.299	100,0	47,9	18,5	6,6	3,5	22,7	0,8
até 14 horas	3.414.902	100,0	29,4	2,5	0,7	0,4	66,3	0,7
15 a 39 horas	9.620.116	100,0	48,2	15,0	4,9	2,5	28,5	0,9
40 a 44 horas	7.760.331	100,0	46,2	28,2	11,8	6,2	6,7	0,9
45 a 48 horas	3.273.359	100,0	59,5	24,7	5,5	2,5	7,2	0,6
49 ou mais horas	3.689.793	100,0	57,6	16,7	6,4	4,2	14,3	0,8

Fonte: FIBGE, PNAD 1995 (tab. 4.27)

Um outro motivo aventado para justificar o diferencial de remuneração feminina seria o tipo de vínculo de trabalho, ou posição na ocupação. Contudo, essa argumentação também não encontra sustentação nos dados, conforme esclarece a tabela seguinte. Os patamares de rendimento feminino são sempre inferiores, sejam as mulheres empregadas, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras por conta-própria ou empregadoras. Entre os trabalhadores domésticos categoria na qual a mulher é maioria, se 80% dos homens — um contingente de apenas 300 mil trabalhadores — ganham até 2 SM, entre as trabalhadoras domésticas — 4,7 milhões — a proporção atinge 90%. Entre os trabalhadores por conta-própria a disparidade permanece: 70% delas e 50% deles se enquadram naquela faixa de renda. Nas categorias empregados e empregadores o rendimento feminino se aproxima mais do masculino -17% das empregadas e 20% dos empregados tem rendimentos superiores a 5 SM. O universo dos empregadores, contudo, é eminentemente masculino pois, de um total de 2,6 milhões, apenas 500 mil eram do sexo feminino em 1995.

Tabela 18
Ocupados e ocupadas com rendimento no trabalho principal,
por posição na ocupação
Brasil

Posição na ocupação e classes de rendimento mensal do trabalho principal	1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregados (milhões)	23,7	11,1	23,8	11,5
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	56,5	62,8	45,7	50,5
mais de 2 a 5 salários mínimos	28,2	25,5	33,9	32,3
mais de 5 salários mínimos	14,6	11,0	20,5	17,2
sem declaração	0,7	0,6	--	--
Trabalhadores domésticos (milhões)	0,29	4,2	0,30	4,7
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	89,4	96,6	79,5	90,4
mais de 2 a 5 salários mínimos	9,5	2,8	17,3	8,9
mais de 5 salários mínimos	0,3	0,1	3,2	0,6
sem declaração	0,8	0,6	--	--
Conta-Própria (milhões)	10,2	4,1	10,8	4,5
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	53,3	74,9	50,4	70,1
mais de 2 a 5 salários mínimos	28,9	15,5	29,6	19,5
mais de 5 salários mínimos	14,7	6,9	20,0	10,3
sem declaração	3,4	2,8	--	--
Empregadores (milhões)	2,0	0,4	2,1	0,5
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	13,4	18,9	9,7	10,5
mais de 2 a 5 salários mínimos	26,8	33,9	22,0	24,8
mais de 5 salários mínimos	57,6	43,7	68,4	64,6
sem declaração	2,3	3,4	--	--

Fonte: FIBGE, PNADs 93 e 95 (tab. 4.22)

Uma terceira linha de argumentação tenta encontrar motivos para a desigualdade de ganhos no fato de a mulher não estar devidamente preparada para o desempenho de funções de maior qualificação. Certamente, os que defendem esta tese desconhecem o fato, já demonstrado neste texto, de que as trabalhadoras dispõem de credenciais de escolaridade superiores às de seus colegas, o que não evita a permanência da defasagem de ganhos entre eles. A origem das desigualdades salariais entre os sexos também não reside no número de anos de estudo. Ao contrário, como os dados deixam claro, homens e mulheres com igual escolaridade obtêm rendimentos diferentes. Enquanto metade dos trabalhadores com 11 a 14 anos de estudo ganham mais de 5 salários, apenas 23,5% das trabalhadoras, nas mesmas condições, o fazem. Essa disparidade torna-se mais aguda entre as pessoas de maior escolaridade: se 2/3 dos homens com 15 anos e mais de estudo ganham mais de 10 salários-mínimos, apenas 1/3 das mulheres com o mesmo nível de escolaridade têm rendimentos equivalentes.

Tabela 19
Ocupados e ocupadas por anos de estudo e classes de rendimento
Brasil, 1995

Anos de estudo e sexo	Total		CLASSES DE RENDIMENTO					
	milhões	%	até 2 sm	mais de 2 a 5 SM	mais de 5 a 10 SM	mais de 10 SM	sem rendimento	sem declaração
HOMENS	41.863.309	100,0	39,3	28,2	12,2	8,8	10,1	1,4
sem instrução/menos de 1 ano	6.975.099	100,0	65,1	14,6	2,7	0,8	15,2	1,7
1 a 3 anos	8.026.835	100,0	50,1	24,4	5,3	1,8	17,2	1,2
4 a 7 anos	14.110.808	100,0	39,8	34,6	11,3	3,8	9,5	0,8
8 a 10 anos	5.439.941	100,0	27,8	39,2	18,2	8,3	5,4	1,0
11 a 14 anos	5.157.903	100,0	13,1	31,7	28,6	22,3	2,5	1,8
15 anos e mais	2.081.584	100,0	2,1	7,9	19,6	65,1	0,9	4,5
MULHERES	27.765.299	100,0	47,3	18,4	7,0	3,9	22,5	0,9
sem instrução/menos de 1 ano	3.807.176	100,0	49,2	4,1	0,5	0,1	45,2	0,9
1 a 3 anos	4.673.756	100,0	53,0	7,5	0,7	0,2	38,1	0,6
4 a 7 anos	8.745.125	100,0	57,9	14,8	2,3	0,6	23,9	0,5
8 a 10 anos	3.575.235	100,0	53,4	27,2	6,4	1,5	10,7	0,9
11 a 14 anos	5.029.047	100,0	33,1	37,2	16,8	6,7	5,0	1,2
15 anos e mais	1.881.611	100,0	5,9	23,5	32,8	33,4	1,4	3,0

Fonte: FIBGE, PNAD 95 (tab. 4.10)

Obs.: Excluídos não determinados e sem declaração

Portanto, a discriminação contra as mulheres, em relação aos ganhos obtidos no mercado de trabalho, não é devida nem aos setores econômicos nos quais se inserem, nem ao número de horas trabalhadas, nem ao tipo de posição ou vínculo que elas têm com o trabalho, nem às ocupações comumente desempenhadas e nem ao seu nível de escolaridade. Mesmo aquelas mulheres que conseguem ascender na estrutura hierárquica das empresas, ou mesmo da administração pública, assumindo posições de maior responsabilidade e de maiores ganhos, estão sujeitas a ganhar menos que seus colegas. Segundo dados do Ministério do Trabalho, por exemplo, em 1992 os funcionários públicos de nível superior ganhavam, em média, 9,1 salários mínimos, enquanto as funcionárias de igual nível recebiam 6,1 salários. (Bruschini, 1998, tab.24, p.44).

- **gênero e proteção no mercado de trabalho**

No Brasil, o tamanho do mercado protegido pelas leis trabalhistas tem oscilado em torno de 55% e 56% do mercado global, com agudas disparidades regionais (Bruschini, 1995b). No entanto, como vimos anteriormente, esses bons empregos estão sendo, sistematicamente, perdidos pelos trabalhadores. Os dados expostos na tabela seguinte, referentes ao mercado global, revelam duas tendências: a primeira delas, a de que a parcela de empregos formalizados, ou seja, com carteira assinada, aumentou nos últimos anos da década anterior, mas sofreu declínio acentuado a partir de 1990, sinal da precarização da força de trabalho e da desregulamentação do mercado nos anos noventa. A outra tendência é aquela evidenciada pelos diferenciais entre os sexos. Mais uma vez, os dados evidenciam a mais baixa qualidade do trabalho feminino, em comparação ao masculino, pois mesmo quando o mercado de trabalho mostra sinais positivos para os trabalhadores, como o maior índice de formalização em 1990, as mulheres, com uma proporção de 55% de empregadas com carteira assinada, mantém-se aquém dos trabalhadores, entre os quais o assalariamento registrado atinge 61% naquela data. Em contrapartida, nos anos subsequentes, a perda de empregos registrados ocorre apenas entre os homens.

Tabela 20
Empregados e empregadas com carteira assinada

Brasil								
SEXO E TIPO DE VÍNCULO	1985	1990	1993	1995	Proporção de empregados com carteira			
					1985	1990	1993	1995
	NA				%			
Total empregados	34.387.739	40.175.322	34.860.135	35.665.946	-			-
- com carteira assinada	19.443.812	23.629.126	10.295.163	19.664.844	56,5	58,8	55,3	55,1
Homens empregados	22.544.543	25.440.302	23.769.592	24.044.638	-			-
- com carteira assinada	13.395.882	15.507.066	13.172.239	13.369.487	59,4	61,0	55,4	55,6
Mulheres empregadas	11.843.196	14.735.020	11.090.543	11.621.308	-			-
- com carteira assinada	6.047.930	8.122.060	6.122.924	6.295.357	51,1	55,1	55,2	54,2

Fonte: FIBGE, PNAD 85 e 90 (tab. 3.22), 93 e 95 (tab. 4.30)

Trabalhador seguro no emprego tende a nele permanecer por um período maior de tempo, evitando a rotatividade e tendo mais chances de se qualificar nas funções que desempenha. Tomando apenas duas categorias de trabalhadores, os empregados e os trabalhadores domésticos, pode-se verificar, para o ano de 1995, essa relação. A tabela seguinte demonstra que a ausência de proteção legal ao emprego é estímulo à rotatividade, induzindo a uma menor permanência no trabalho. Isso se verifica com maior clareza entre as trabalhadoras domésticas, categoria que abriga mais de 4,7 milhões de mulheres. No estrato das que não possuem carteira assinada, mais da metade permanece menos de um ano no emprego, enquanto entre as registradas 37,4% têm comportamento semelhante.

Na categoria dos empregados, dois movimentos opostos merecem ser ressaltados. O primeiro deles refere-se aos funcionários públicos que, em função do regime especial de trabalho a que estão submetidos e que lhes garante estabilidade, são os que apresentam maiores tempos de permanência no emprego: 72% das mulheres e 69% dos homens estão no trabalho atual há mais de 5 anos. O segundo movimento, em sentido inverso, ocorre entre os empregados sem proteção da legislação trabalhista ou do estatuto do funcionalismo (categoria outros), entre os quais mais da metade dos homens e quase 60% das mulheres permanecem apenas um ano no emprego.

Tabela 21
Empregados(as) e trabalhadores(as) domésticos(as) por tempo de permanência no trabalho principal e posse de carteira de trabalho
Brasil, 1995

POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO SELECIONADA	TOTAL		Tempo de permanência no trabalho principal		
	Milhões	%	até 1 ano	de 2 a 4 anos	5 e mais
			%	%	%
Mulheres	27.765.299	100,0	33,8	23,4	42,4
Empregadas	11.621.308	100,0	38,0	23,6	38,4
com carteira assinada	6.295.357	100,0	39,1	26,9	34,0

Tabela 21
Empregados(as) e trabalhadores(as) domésticos(as) por tempo de permanência
no trabalho principal e posse de carteira de trabalho
Brasil, 1995

POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO SELECIONADA	TOTAL		Tempo de permanência no trabalho principal		
	Milhões	%	até 1 ano	de 2 a 4 anos	5 e mais
			%	%	%
funcionárias públicas e militares	2.528.886	100,0	11,1	17,1	71,7
Outros	2.796.295	100,0	59,7	22,1	18,2
trabalhadoras domésticas	4.782.016	100,0	54,0	23,7	22,3
com carteira assinada	849.913	100,0	37,4	29,3	33,2
sem carteira assinada	3.931.291	100,0	57,6	22,5	19,9
Homens	41.863.309	100,0	32,1	23,3	44,5
Empregados	24.044.638	100,0	40,8	23,5	35,7
com carteira assinada	13.369.487	100,0	36,8	25,7	37,5
funcionários públicos e militares	2.098.496	100,0	14,2	17	68,8
Outros	8.571.894	100,0	53,5	21,7	24,8
trabalhadores domésticos	350.885	100,0	46	25,5	28,4
com carteira assinada	130.823	100,0	39,1	27	33,9
sem carteira assinada	220062	100	50	24,6	25,2

Fonte: FIBGE, PNAD 95 (tab. 4.21)

Como conseqüência da diminuição do trabalho formalizado, a proteção social dispensada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS, que havia ampliado sua cobertura no período 85 a 90, teve queda acentuada na primeira metade desta década, principalmente entre as mulheres. As diminuições nas contribuições para a previdência se verificaram, para ambos sexos, em todos os setores econômicos, de uma forma geral. A exceção, apenas para os homens, fica por conta do setor agrícola, no qual a tendência de maior formalização do emprego ocorre a partir de 1988, com os novos dispositivos introduzidos na Constituição. Para as mulheres, as perdas foram significativas na indústria e no comércio, sobretudo no período 90 a 93, mas foram menos pesadas em setores tradicionais femininos, como serviços, social e administração pública, os dois últimos com elevado índice de contribuição desde o começo do período analisado.

Tabela 22
Porcentagem de ocupados e de ocupadas que contribuem
para a previdência social por setor econômico
Brasil

SETORES ECONÔMICOS	1985		1990		1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	%	%	%	%	%	%	%	%
Total	49,1	43,7	51,0	48,5	45,5	38,7	45,1	39,4
Agrícola	8,6	1,8	9,1	2,5	12,1	2,8	12,1	3
Indústria	71	70,3	68,6	71,9	59,6	64,5	58,9	64,9
Comércio	61,1	55,2	60,4	53,0	51,8	43,5	50,8	43
Serviços	59,8	23,1	58,6	28,7	51,3	24,7	50,1	26,5
Transportes e comunicações	75,5	90,9	76,3	87,6	69,3	88,3	66,2	86,4
Social	85,7	84,8	81,6	83,5	79,4	81,1	76,4	80,8
Administração Pública	82,7	92,3	75,4	87,5	74,1	82,8	74,2	85,4
Mal definidos e/ou não declarados	77,8	86,3	77,0	85,1	67,4	83,0	66	79,6

Fonte: FIBGE, PNADs 85 e 90 (tab. 3.18), 93 e 95 (tab. 4.18)

Considere-se, porém, que a cobertura proporcionada pelo sistema de proteção previdenciária no país é bastante precária, tanto no que diz respeito aos

valores irrisórios pagos para aposentados e pensionistas e para a maioria dos benefícios oferecidos, como em relação à extensão propriamente dita desses benefícios para a massa de trabalhadores. Para se ter uma idéia desta última distorção, em 1995, o INSS atendia a apenas 8.000 mães empregadas domésticas e trabalhadoras rurais através do salário maternidade (FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1996, tabela 2.87).

Por outro lado, como a esperança de vida das mulheres é maior do que a dos homens, dos cerca de 15 milhões de aposentados e pensionistas existentes no país em 1995, aproximadamente 60% eram mulheres (8 milhões). A quase totalidade dos homens era de aposentados e, apesar de o maior provento de aposentadoria para o setor privado, atualmente, girar em torno de R\$ 900, a sua situação tende a ser mais favorável do que aquela vivida pelas mulheres. Entre elas, quase 40% são pensionistas, ou seja, recebem entre 70 e 80% da aposentadoria dos seus companheiros falecidos. Não estranha o fato de que cerca de $\frac{1}{3}$ dos aposentados e dos pensionistas brasileiros continuem sendo economicamente ativos.

Tabela 23
Aposentados e pensionistas, por sexo e condição de atividade
Brasil

Aposentados, pensionistas e sexo	1995		
	Total	%	Economicamente ativos
	(milhões)		%
Total	14,6	100,0	35,0
Somente aposentados	10,6	72,6	35,5
Somente pensionistas	3,4	23,4	35,5
Aposentados e pensionistas	0,6	4,1	21,7
Homens	6,5	100,0	42,1
Somente aposentados	6,3	96,9	41,9
Somente pensionistas	0,2	3,1	53,4
Aposentados e pensionistas	0,05	0,80	26,2
Mulheres	8,1	100,0	29,3
Somente aposentados	4,4	54,3	26,4
Somente pensionistas	3,2	39,5	34,4
Aposentados e pensionistas	0,5	6,2	21,3

Fonte: FIBGE, PNAD 95 (tab. 4.5)

Considerações finais

Nas últimas décadas, o Brasil passou por profundas mudanças demográficas, culturais e sociais que provocaram a transformação da estrutura etária do país e da composição das famílias. Estas se tornaram cada vez menores, em virtude do rebaixamento das taxas de fecundidade, ao mesmo tempo em que aumentou o número de famílias chefiadas por mulheres, como conseqüência do maior contingente de viúvas, do aumento das separações e das novas formas de coabitação. Essas mudanças, ao lado da expansão da escolaridade da população em geral e da feminina em particular, assim como os novos valores relativos ao papel das mulheres na sociedade brasileira, tiveram impacto significativo sobre a maior participação feminina no mercado de trabalho.

Enquanto isso, nos anos analisados neste artigo, o país viveu um longo período marcado por sucessivas crises econômicas, elevadas taxas inflacionárias e planos de estabilização, até o momento atual, em que a moeda permanece estável e a inflação praticamente controlada. Essas transformações têm lugar em um cenário mundial marcado pela globalização, por uma nova organização do trabalho e por uma reestruturação produtiva que vem provocando o declínio das formas mais protegidas de emprego, o desemprego e o surgimento de novas alternativas de trabalho, em geral sem cobertura legal. No Brasil, essas transformações da economia contribuem para agudizar a crise local, cujos sintomas principais são a perda de postos de trabalho na indústria, a perda da qualidade dos empregos e o aumento da informalidade. Sob o impacto da concorrência com o mercado externo, dos juros elevados e das altas taxas de câmbio, que sobrevalorizam a moeda, o mercado de trabalho se retrai e o desemprego avança.

É neste contexto, também marcado pela redemocratização do país e pelo fortalecimento de sua sociedade civil, que as mulheres se firmam como agentes sociais, econômicos e políticos da maior importância. No que se refere à sua participação no mercado de trabalho, a ampliação do contingente feminino foi uma das mais importantes transformações ocorridas no país nas últimas décadas e resultou de vários movimentos, de certa forma contraditórios. Mudanças demográficas — como a diminuição do número de filhos — liberaram as mulheres para o trabalho. A expansão da escolaridade aumentou suas credenciais para enfrentar o mercado de trabalho. Mudanças culturais em relação ao papel das mulheres nas sociedades ocidentais modernas, ao valorizar o exercício de uma atividade profissional, impulsionaram para o mundo do trabalho até mesmo aquelas que teriam outra opção. Ao mesmo tempo, empobrecidas desde os anos oitenta, com novas necessidades geradas pela diversificação das pautas de consumo e premidas pela necessidade de arcar com custos mais elevados com a educação e a saúde dos filhos e dos familiares, devido à precariedade dos sistemas públicos de atendimento, as famílias das camadas médias não podem mais prescindir do aporte econômico de suas mulheres. Necessidade econômica, aumento de separações e de famílias chefiadas por mulheres também impulsionam as mulheres para atividades remuneradas. Ao mesmo tempo, mulheres que sempre trabalharam na produção familiar ou em outras atividades não remuneradas tornam-se visíveis em virtude do refinamento do conceito e também passam a engrossar as estatísticas sobre o trabalho feminino.

O novo contingente de trabalhadoras é agora composto por mulheres mais velhas e casadas. Mas suas novas responsabilidades não as eximem das familiares e maternas. Ao contrário, qualquer que seja sua situação laboral, as mulheres seguem sendo as responsáveis por múltiplas tarefas associadas à casa, aos filhos, à família em geral. Para a maioria delas, a sobreposição dos afazeres domésticos e da atividade econômica, em que pese a enorme importância desta última para a sua sobrevivência e a da família, assim como para sua autonomia e poder de negociação no grupo familiar, representa uma enorme sobrecarga. É desta condição de gênero que resulta, para as mulheres, uma posição secundária e discriminada no mercado de trabalho. Mudanças e continuidades são, portanto, bons descritores do perfil da mão-de-obra feminina dos anos noventa.

No mercado de trabalho, a participação das mulheres no período focalizado também é marcada por continuidades e mudanças, como mostra a análise dos lugares ocupados pelas trabalhadoras na economia brasileira. De um lado, as trabalhadoras continuam concentradas em atividades do setor de serviços e no segmento informal e desprotegido do mercado de trabalho, seja no emprego doméstico não-registrado, seja na atividade por conta própria, na familiar não

remunerada ou na domiciliar. Condições precárias de trabalho, como baixos índices de registro em carteira e de contribuição para a Previdência Social, podem ser definidas como características de pelo menos metade da força de trabalho feminina. Os afazeres domésticos continuam sendo considerados como inatividade econômica, embora mantenham ocupadas boa parte das mulheres. As trabalhadoras mais qualificadas predominam em empregos tradicionais femininos como o magistério, a enfermagem e o serviço social. Os baixos salários e as desigualdades entre elas e os colegas continuam a fazer parte do seu mundo de trabalho. Nada disso parece ter sofrido grandes mudanças.

Mas as transformações existem, provocadas pelo impacto da escolaridade e dos novos padrões demográficos e culturais, e podem ser constatadas nas elevadas taxas de participação das instruídas, no acesso das mais preparadas a cargos de comando, a profissões de prestígio, como a arquitetura, a medicina, a advocacia, a bons empregos nas instituições financeiras e bancárias e a serem proprietárias de negócios no comércio e nos serviços. É neste polo que estão ocorrendo as mudanças mais significativas. A médio e longo prazo, é possível que o acesso de contingentes cada vez maiores de mulheres às ocupações e aos empregos mais qualificados crie condições para que a segregação ocupacional seja rompida e as desigualdades salariais superadas.

No polo oposto, se é verdade que os nichos mais desfavorecidos de trabalho são ocupados por mulheres, não há indícios de que eles tenham se ampliado. Ao contrário, no período 93 a 95, para o qual existem informações, manteve-se praticamente inalterado o contingente de trabalhadoras domésticas (17% das ocupadas), de não remuneradas (13%), das que trabalham para o autoconsumo (9% a 10%) e das trabalhadoras domiciliares (de 14% em 93 para 13% em 95). A precarização da mão-de-obra feminina, nesse sentido, estaria se dando muito mais como resultado da pressão dos trabalhadores, expulsos dos empregos de melhor qualidade, do que em virtude de um movimento específico sobre as mulheres. A um observador mais otimista, esta persistência não deixa de ser também uma importante mudança.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alice. P e SORJ, Bila. (orgs.) **O trabalho invisível**: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro : Rio Fundo Ed., 1993.
- BALTAR, Paulo E. de A.; DEDECCA, Claudio S.; HENRIQUE, Wilnês. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos E. B. de; MATTOSO, Levi. (orgs.) **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado? São Paulo : Scritta, 1996.
- BRUSCHINI, Cristina. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, (28), março, 1979.
- BRUSCHINI, Cristina. Maternidade e trabalho feminino: sinalizando tendências. In: **Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil**. Estados Unidos : FHI/Family Health International, out. 1995a. (Projeto de Estudos da Mulher: Brasil)
- BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. In: FERNANDES, R. (org.) **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo : LTr., 1995b.

- BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade. In: ABREU, Alice de Paiva e ABRAMO, Laís (orgs.) *Genero y trabajo en la Sociologia Latinoamericana*, ALAST/ Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo. (no prelo)
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico, um trabalho invisível. In: Informativo Mensal sobre a mulher paulista: mulheres em dados. São Paulo : SEADE, n. 8, out. 1997.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho das Mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998 (Textos FCC 17).
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996. Caxambu, MG, **Anais...**, Belo Horizonte : ABEP, 1996, 4 v.
- CAMARGO, José Márcio. Trabalho procura emprego no fim do milênio. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 14 jan.,1996. Caderno 2, D1.
- CONJUNTURA E ANÁLISE. **Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro : Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA. v. 1, n.2, out. 1996.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. **Anuário Estatístico do Brasil. 1996**. Rio de Janeiro : FIBGE, 1997.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. Censo Demográfico 1991 - Mão de Obra. Rio de Janeiro : FIBGE, 1997
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro : FIBGE, 1985.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro : FIBGE, 1990.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro : FIBGE, 1993.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro : FIBGE, 1995.
- JUNQUEIRA, Eliane. A mulher juíza e a juíza mulher. In: BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloísa. (orgs.) *Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo. Editora 34. Fundação Carlos Chagas, 1998
- MIRANDA, Glaura V. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo : Fundação Carlos Chagas, n. 15, dez. 1975. P. 21-36.
- PUPPIM, Andréa B. Mulheres em cargos de comando. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. (orgs.) **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo : Marco Zero : Fundação Carlos Chagas, 1994.
- ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina P. e NEGRÃO, Esmeralda V. **A educação da mulher no Brasil**. São Paulo : Global Ed., 1982. (Teses ; 8)

- SEADE, Feminização da Força de Trabalho. Mulheres em dados. Informativo mensal sobre a mulher paulista. nº 11, janeiro de 1998.
- SEGNINI, Liliansa R. P. Feminização do trabalho bancário. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. (orgs.) **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo : Marco Zero : Fundação Carlos Chagas, 1994.
- SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL - BEMFAM. **Pesquisa nacional sobre demografia e saúde, 1996**. Rio de Janeiro : UNFPA/UNICEF/ BEMFAM, 1997.